

Convite para apresentação de Proposta para o Procedimento de Consulta prévia para:

Fiscalização e Coordenação de Segurança da empreitada de Requalificação do Bairro Municipal

PAQ.301/2020-EDOC/2020/56136

Em cumprimento da alínea c) do nº1 do artigo 20º e do artigo 115º do Código dos Contratos Públicos, convida-se Vª Exª a apresentar Proposta de acordo com o presente Convite e Caderno de Encargos.

1-Entidade adjudicante e local onde decorre o procedimento

1-A entidade pública contratante é o Município de Viseu;

2-O processo de concurso decorre no Departamento de Serviços Partilhados, Unidade Orgânica de Contratação Pública, sito na Praça da República, 3514-501 Viseu, telefone 232 427 458, através da Plataforma Eletrónica **www.acingov.pt**.

2-Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar foi o Exmo. Sr. Vereador da Câmara Municipal de Viseu, *João Paulo Lopes Gouveia*, em 25/11/2020, com *competência delegada nos termos do nº 2 do artigo 36º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e despacho 014/P datado de 26/10/2017, emitido no uso da sua competência.*

3-Regras de participação

Requisitos de acesso á plataforma eletrónica:

1-A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento "Concurso" a ser efetuada na Plataforma Eletrónica www.acingov.pt

2-Após inscrição e validação da documentação solicitada, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta de peças concursais.

4-Documentos que constituem a proposta

A proposta será instruída com os seguintes documentos cuja omissão constituirá motivo de ex-clusão nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 146.º do CCP:

1-Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

2-Documento com a proposta formulada nos termos do Anexo A;

3- Declaração de independência da Proposta, onde conste a ausência material de qualquer tipo de comunicação e/ou relação tida entre a empresa candidata e as suas concorrentes na apresentação da sua proposta.

c) Declaração do concorrente com a constituição nominal da equipa técnica a afetar à fiscalização da empreitada indicando as funções a desempenhar por cada um dos técnicos, incluindo os respetivo curriculum vitae (ANEXO II);

d) Declaração assinada pelo Diretor da fiscalização proposto, assumindo a responsabilidade pela função proposta, comprometendo-se a desempenhá-la durante toda a prestação com proficiência e rigor;

e) Declaração da Ordem Profissional que indique a data a que foi atribuído o título de membro sénior ou equivalente;

f) Documento com a listagem das prestações de serviços de natureza idêntica às que constituem o objecto do presente Concurso, especificando em cada caso: designação do serviço prestado e datas de início e conclusão do mesmo, entidade para quem foi realizado, descrição geral, valor total (ANEXO III);

g) Declaração do concorrente com a constituição nominal da equipa técnica com a função de coordenação de segurança em obra, incluindo os respetivos curriculum vitae e Certificado de Aptidão Profissional (CAP) de Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho (ANEXO IV);

h) Deve o Diretor de Fiscalização apresentar declaração de Entidade Adjudicante em como já dirigiu a Fiscalização de empreitadas de obra Pública de idêntica natureza no valor mínimo de 3.500.000,00€ (euros), nos últimos 3 anos.

NOTAS:

1 - Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar.

2 - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, pelos seus representantes, ou pelo representante comum, quando acompanhada de instrumentos de mandatos, emitidos por cada uma das entidades que o

compõem, a designar um representante comum para a prática de todos os atos no âmbito do concurso.

3 - Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar indispensáveis, por conterem atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

4 - Todos os preços ou valores monetários constantes da proposta são expressos em euros e devem ser indicados em algarismos sem incluir o IVA.

5 - Quando algum valor constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência prevalece este último e sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

6 - Todos os preços devem ser apresentados até à segunda casa decimal, sendo os arredondamentos feitos, por excesso ou por defeito, para o cêntimo mais próximo e, no caso de ser um valor exatamente intermédio, será feito por excesso.

5-Idioma da proposta

1-A proposta e os documentos que a instruem devem ser apresentados em língua portuguesa.

2-Quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve a entidade convidada, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

6-Modo e Prazo para a apresentação da proposta

1-A proposta deverá ser obrigatoriamente entregue, na plataforma eletrónica já identificada, até às 23h59 do **6º dia**, a contar da data da publicação do Convite na Plataforma Eletrónica.

2-Quando pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no ponto anterior, deve ser encerrado em envelope opaco e fechado, em cujo rosto se deve indicar a designação do procedimento e da entidade, e enviado por correio registado á entidade adjudicante até ao fim do prazo estabelecido para entrega das propostas.

3-A proposta e os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, e deverão ser datados e assinados, com recurso a assinatura eletrónica qualificada e deverão ser datados e assinados, através de certificado digital qualificado, nos termos do artigo 62º do CCP.

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

7-Preço base

O preço base do presente procedimento é de **70.000€** (Setenta mil euros), que limita o preço contratual, acrescido de Iva á taxa legal em vigor.

8-Condições de pagamento

Sempre que do contrato não conste data ou prazo de pagamento a obrigação pecuniária vence-se nos termos do artigo 299º do CCP.

Os pagamentos dos honorários será efetuado mensalmente, de acordo com a execução da prestação do serviço.

9-Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos do artigo 88º do CCP.

10-Documentos de habilitação/Adjudicatário

1-Declaração emitida conforme o Anexo II do CCP assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial;

2-Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP.

3-Certidão da Conservatória do Registo Comercial;

4.Declaração de inexistência de impedimentos, conforme o **Modelo Q**, para o cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho, cuja omissão determina a caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 87º-A do CCP.

5.Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE. (Não aplicável a entidades em nome individual). Tendo em atenção o disposto no nº1, b) do artigo 37º da Lei nº89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87º-A do CCP.

11-Modo e prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1-Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica indicada.

2-Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação;

3-O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar á caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º é de 5 dias;

4-Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao município de Viseu, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

12-Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

14-Negociação

As propostas não serão objeto de negociação

15-Critério de Adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade “Melhor relação qualidade-preço”, de acordo com os seguintes fatores:

- a) Preço Global da Proposta (PGP) – 40%
- b) Qualidade Técnica da Proposta (QTP) - 60%

Ponderados de acordo com a seguinte expressão matemática, e arredondada a 2 (duas) casas decimais:

$$VP = PGP (40\%) + QTP (60\%)$$

Os Fatores serão avaliados de acordo com o seguinte:

a) Preço Global da Proposta (PGP) - (40%)

Para a classificação neste descritor usaremos a seguinte expressão matemática:

Em que:

$$V1i = \left(\frac{Pb - Pi}{Pb - Pl} \right) \times 100$$

V1i – classificação a atribuir ao concorrente em análise;

Pb – Preço base do concurso;

Pi – Preço da proposta em análise;

Pl – Preço alvo considerado pela entidade adjudicante - 70.000,00€.

A aplicar para valor das propostas – 42.000,00€ ≤ Pi ≤ 70.000,00€

ou:

$$V1i = 100 + \left(\frac{Pl - Pi}{Pl} \right) \times 2$$

V1i – classificação a atribuir ao concorrente em análise;

Pb – Preço base do concurso;

Pi – Preço da proposta em análise;

Pl – Preço alvo considerado pela entidade adjudicante - 42.000,00€.

A aplicar para valor das propostas – Pi < 42.000,00€

b) Qualidade Técnica da Proposta (QTP) - (60%)

Para a classificação neste descritor usaremos a seguinte expressão matemática:

Em que:

$$QTP = 0,40 \times TDF + 0,25 \times FOR + 0,15 \times CSO + 0,20 \times EFE$$

TDF – Pontuação parcial atribuída ao subfactor “Técnico para a função de Diretor de Fiscalização” conforme seguinte quadro de pontuação

DIRETOR FISCALIZAÇÃO (conforme ANEXO II)	DE	PONTUAÇÃO
Membro Sénior com 8 a 9 anos de experiência		20 Pontos
Membro Sénior com 10 a 11 anos de experiência		40 Pontos
Membro Sénior com 12 a 13 anos de experiência		60 Pontos
Membro Sénior com 14 a 15 anos de experiência		80 Pontos
Membro Sénior com mais de 15 anos de experiência		100 Pontos



FOR – Pontuação parcial atribuída ao subfactor “Técnico para a função de Fiscal de Obra Residente” conforme seguinte quadro de pontuação:

TÉCNICOS (conforme ANEXO II)	PONTUAÇÃO
Com até 5 anos de experiência	20 Pontos
Com 6 a 8 anos de experiência	40 Pontos
Com 9 a 11 anos de experiência	60 Pontos
Com 12 a 14 anos de experiência	80 Pontos
Com 15 ou mais anos de experiência	100 Pontos

CSO - Pontuação parcial atribuída ao subfactor “Técnicos para a função de Coordenador de Segurança em Obra”, conforme seguinte quadro de pontuação:

TÉCNICOS (CSO) (conforme ANEXO IV)	PONTUAÇÃO
Com até 5 anos de experiência	20 Pontos
Com 6 a 8 anos de experiência	40 Pontos
Com 9 a 11 anos de experiência	60 Pontos
Com 12 a 14 anos de experiência	80 Pontos
Com 15 ou mais anos de experiência	100 Pontos

EFE - Pontuação parcial atribuída ao subfactor “Empreitadas Fiscalizadas pelo Técnico para a função de Diretor de Fiscalização” de natureza idêntica às que constituem o objeto do presente Concurso, pelo menos uma deve ser de valor mínimo de 3.500.000,00€ nos últimos 3 anos, conforme seguinte quadro de pontuação:



N.º de EMPREITADAS (Conforme ANEXO III)	PONTUAÇÃO
1 Obra	20 Pontos
2 Obras	40 Pontos
3 Obras	60 Pontos
4 Obras	80 Pontos
5 ou mais Obras	100 Pontos

Critério de desempate:

Em caso de empate, a ordenação das propostas será feita atendendo ao seguinte critério:

Em 1.º lugar – A proposta ordenada em posição mais elevada no fator “Qualidade Técnica da Proposta”.

Em 2.º lugar – A proposta que considere o preço mais baixo no fator “Preço Global da Proposta”.

Em 3.º lugar – A proposta que apresente pontuação mais elevada no subfactor “Técnico para a função de Diretor de Fiscalização”.

Nota: Os concorrentes que não cumpram os requisitos exigidos na avaliação da Equipa de Fiscalização (ponto 6 do CE) serão excluídos.

16-Prazo de execução

O prazo de execução é de 510 dias, a contar data de assinatura do contrato, e em conformidade com indicado no caderno de encargos.

17-Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite observar-se-á o disposto no CCP aprovado pelo Decreto-lei nº18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº111-B/2017 de 31 de agosto.

Viseu, 25 de novembro de 2020

João Paulo Lopes Gouveia,

Vereador

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)]



MUNICÍPIO DE
UISEU

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO A
MODELO DE PROPOSTA

(Nome, estado, profissão e morada, e/ou firma e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento a que se refere o anúncio de procedimento nº., publicado no D.R. nº, datado de..., obriga-se a efetuar a entrega dos bens objeto do contrato, em conformidade com o mesmo, pelo valor global de... euros, (por extenso e por algarismos.) Este valor corresponde ao valor da proposta com a incorporação do valor relativo aos erros e omissões).

Valor total da proposta: €.....

Condições de pagamento;

O prazo de execução da prestação de serviços é de 510 dias:

Prazo de manutenção da proposta (em conformidade com artº 65º. do CCP)

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data e assinatura:



ANEXO II

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea c) do artigo .º do Programa)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), candidato(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara que a sua representada cumpre os requisitos necessários para a prestação de serviços, relativo às funções de Diretor de Fiscalização, Fiscal Residente, Técnico Instalação Elétrica, apresentando no quadro seguinte os técnicos que integram a equipa técnica, relativamente aos quais apresenta em anexo os respetivos documentos comprovativos.

Nome	Função	N.º Cédula Profissional da OE (ou equivalente)	Anos Experiência Profissional em Fiscalização (n.º)

Lista de documentos anexos:

- Curriculum vitae;
- Declaração da Ordem dos Engenheiros (ou equivalente);

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

(1) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DESDE 1 DE JANEIRO DE 2014

F..... na qualidade de representante(s) legal(ais) de, declara(m), para efeitos do exigido na alínea e) do artigo .º do Programa que acompanham a proposta do Programa de Concurso referente à Prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de, sob compromisso de honra, que o Técnico para a função de Diretor de Fiscalização realizou, desde 1 de Janeiro de 2014, as prestações de serviços de Fiscalização identificadas e caracterizadas na seguinte listagem (pelo menos uma deve ser de valor mínimo de 3.500.000,00€ nos últimos 3 anos):

Designação	Caracterizaçã o sumária	Localização	Cliente	Desde---/---/--- a ---/---/---	Valor do contrato (euros) sem IVA	Valor da empreitada (euros) sem IVA

O(s) declarante(s) tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da Proposta apresentada, bem como da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.

Quando a entidade o solicitar, o concorrente obriga-se a apresentar documentos comprovativos de qualquer das situações referidas nesta declaração.

O(s) declarante(s) tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do parágrafo anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina, ou a sua exclusão do procedimento ou a anulação da adjudicação que eventualmente lhe seja efectuada,.

Data: ____/____/____

Assinatura (a) _____

a) Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente.



ANEXO IV

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea f) do artigo .º do Programa)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), candidato(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara que a sua representada cumpre o requisito mínimo de capacidade técnica definido relativo à função de Coordenador de Segurança em Obra, apresentando no quadro seguinte os técnicos, relativamente aos quais apresenta em anexo os respetivos documentos comprovativos.

Nome	N.º CAP	Anos Profissional (n.º)	Experiência como CSO

Lista de Anexos:

- Curricula vitae;
- Certificado de Aptidão Profissional de Técnico Superior de Higiene e Segurança.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

(1) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



Modelo Q

Declaração de inexistência de impedimentos

(Declaração para cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho)(1)

Nome: _____

número de documento de identificação: _____

morada: _____

na qualidade de concorrente/candidato no procedimento de contratação pública _____

Declaro que não me encontro em nenhuma das situações previstas nos números 1 a 5 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho;

Indicação da relação em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos números 9 a 11 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho _____

_____, ____/____/____

(1) Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos